



**A ética das ecovilas: sustentabilidade no ambiente
mediatizado¹**

**The ethic of ecovillages: sustainability in the mediatized
environment**

Marco Aurélio Marão Viana Pereira Filho²

Resumo: O objetivo é discutir a incidência da mediação nas condutas éticas ecologicamente sustentáveis da Rede Global de Ecovilas, partindo-se de uma abordagem da mediação que versa sobre a conformação de uma nova ambiência interposta aos demais espaços sociais. Ao estabelecermos relações entre os constructos *desenvolvimento sustentável* e *mediação*, inferimos que o movimento das ecovilas traz demonstrações de como uma nova ética direcionada a um desenvolvimento holisticamente sustentável pode ser posta em prática no contexto da sociedade mediatizada.

Palavras-chave: Ecovilas; Sustentabilidade; Mediação.

Abstract: The aim is to discuss the impact of mediation on ecologically sustainable ethical conduct of Global Ecovillage Network, drawing upon an approach according to which mediation is seen as a new environment that is intertwined to other social spaces. The correlation between *sustainable development* and *mediation* concepts, implies that the ecovillage movement is an example of how a new ethics aimed at a holistically sustainable development can be applied within the mediatized society landscape.

¹ Trabalho apresentado ao IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS.

² Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: marcomarao@gmail.com



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

Keywords: Ecovillages; Sustainability; Mediatization.

Introdução

O objetivo é discutir a incidência da midiatização nas condutas éticas ecologicamente sustentáveis da rede global de ecovilas. A expansão das redes de comunicação intensifica os efeitos perversos da globalização capitalista neoliberal, como a degradação ambiental, a exploração de mão-de-obra, a explosão demográfica nos grandes centros urbanos e o rompimento dos vínculos sociais, cada vez mais dissociados das noções de pertença em comum e de enraizamentos locais (BAUMAN, 2008; COULDRY, 2012; SANTOS, 2001); por outro lado, ela multiplica as possibilidades de articulação cidadã para ações coletivas em prol de uma "globalização alternativa" (CASTELLS, 2009; MARTÍN-BARBERO, 2014). É nesse bojo que está inserido o movimento das ecovilas. Por meio do sistema midiático em rede, as ecovilas põem em circulação valores em prol da conscientização humana sobre a sustentabilidade ambiental, proporcionando a expansão das suas práticas ecológicas para além dos seus contornos (RONSINI, 2019).

Ao nos referirmos à expansão das redes de comunicação, estamos tratando de uma abordagem da midiatização que versa sobre a conformação de uma nova ambiência interposta aos demais espaços sociais, intrínseca e dialeticamente entrelaçada ao cotidiano (SODRÉ, 2002). Portanto, nos tópicos que seguem, abordamos, primeiramente, a noção de midiatização como ambiência e a sua insustentabilidade no contexto da globalização capitalista; na sequência, descrevemos as condutas éticas sustentáveis das ecovilas, que se apresentam como alternativa a esse cenário.

A nova ambiência midiatizada

Uma característica fundamental do processo de midiatização da sociedade é a expansão da lógica da mídia para outros campos sociais. “Podemos dizer que a midiatização é um processo relacional, que resulta do encontro de variados fatores e, ao mesmo tempo, interfere nesses elementos e realidades que lhe originaram de maneira a



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

configurá-los segundo lógicas de mídia” (FLORES; BARICHELLO, 2009, p. 6). É esse novo e complexo conjunto de fatores que “acaba por dar origem a um novo ambiente existencial caracterizado por novas formas de cultura, atuação e percepção da realidade” (FLORES; BARICHELLO, 2009, p. 6). Isto é, ao transpassar os demais campos sociais e afetar as suas lógicas, a mídia origina o chamado *bios* ou ambiência midiaticizada.

Nesse contexto, como os mecanismos e regras particulares dos processos midiáticos incidem na atuação de outros atores sociais, a midiaticização pode ser considerada como prática social.

A abordagem do fenômeno da midiaticização como uma nova ambiência ressalta a porosidade das instâncias sociais que nesse novo *bios* passam a ter suas ações cotidianas atravessadas pela mídia. Pode-se vislumbrar assim a condição sócio-técnica da midiaticização, que se estabelece como uma nova configuração de práticas e ambientes sociais possível pela relação entre o fazer humano e o desenvolvimento dos meios tecnológicos de informação e comunicação (FLORES; BARICHELLO, 2009, p. 7).

Sob a ótica da midiaticização como ambiência, a mídia não é apenas um apêndice das práticas sociais, mas elemento constituinte destas, uma vez que exerce modificações nas sociabilidades, nas percepções e visões de mundo. Na medida em que a midiaticização se passa em vários níveis da vida social, ela pode ser caracterizada como ambientes e lugares, “no sentido de que ela teria como referência matricial lugar de organização e de funcionamento” (FAUSTO NETO, 2006, p. 2). Nesse novo paradigma, a mídia deixa de funcionar simplesmente como intermediadora de representações, constituindo, ela mesma, um novo tipo de real associado a novos mecanismos de produção de sentido. Segundo Fausto Neto (2006, p. 3), estes mecanismos produzem e põem em funcionamento “uma nova forma de sociedade, cujas finalidades são produtivas, porém diretamente vinculadas às lógicas dos fluxos e das operações, e tendo como fim a produção de uma nova forma de vínculo social, no caso as estruturas de conexões”.

Essa nova ambiência, ou bios, nos termos de Sodré (2006),   caracterizada pela compressão espaço-temporal e pelo funcionamento de um novo tipo de real em que as



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

relações sociais, outrora estabelecidas através dos laços sociais, passam a se consolidar através de ligações socio-técnicas, de modo que a sociabilidade cede lugar à informacionalidade. Trata-se de um tipo particular de interação, a tecnomediação, uma ordem de mediações socialmente realizadas, caracterizadas “por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*” (SODRÉ, 2006, p. 20, grifo do autor). No novo contexto midiaticado, sobressai-se a lógica do mercado e uma nova qualificação cultural, a tecnocultura, “historicamente justificada pelo imperativo de redefinição do espaço público burguês” (SODRÉ, 2006, p. 22).

Nesse sentido, Jansson (2013), identifica cinco tendências que indicam a estreita relação entre a mediação e as transformações socioespaciais contemporâneas: *mobilidade mediada/midiaticada*, *convergência tecnológica*, *interatividade*, *novas interfaces* e *automação da vigilância*.

A *mobilidade mediada/midiaticada* diz respeito à dissolução de fronteiras entre textos e contextos, entre espaço simbólico e espaço material, tornando o circuito de uso de mídia (produção e consumo) cada vez mais fluido. A *convergência tecnológica* refere-se ao curso mais ou menos fluido de vários tipos de conteúdo de entre diferentes plataformas e espaços. Já a *interatividade* remete à dissolução de algumas fronteiras entre produtores e consumidores, com o deslocamento da posição de “autor”. Por sua vez, as *novas interfaces* dizem respeito à aproximação corporal entre usuário e mídia durante seus usos, de modo que “a mútua adaptação entre consumidor e software provoca diversas extensões representacionais do Self” (JANSSON, 2013, p. 280, tradução livre). Por fim, a *automação da vigilância* refere-se à dissolução parcial da distinção entre espectador e interlocutor, e à circulação de dados gerados pelos usuários por sistemas mais ou menos difusos e desterritorializados (JANSSON, 2013).

No entanto, embora as recentes inovações tecnológicas tenham revolucionado a vida social como um todo, deve-se ter cuidado para não se recair em um determinismo tecnológico. Ao se falar em mediação em termos da constituição de uma nova ambiência e de transformações socioespaciais, não se deve levar conta somente as suas



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

consequências sociais, espaciais e comunicacionais, mas também as precondições sociais, espaciais e comunicacionais que tornam essas alterações possíveis ou não.

A apropriação de novos modos de comunicação (que também operam como modos de espacialização) pode, de fato, alterar os padrões da vida social, como uma “força motriz”, mas o formato dessas alterações depende de arranjos socioespaciais preexistentes, os quais são, por sua vez, saturados por valores fortemente estabelecidos, ou metafísicos, relacionados ao espaço/lugar, à mobilidade e à comunicação (JANSSON, 2013, p. 280, tradução livre)

A midiatização, portanto, não se trata simplesmente das consequências das inovações tecnológicas. Ela pode ser referida como um metaprocesso de mudanças de longo prazo. Como define Krotz (2007, p. 257, tradução livre) metaprocessos são “construtos que descrevem e explicam teoricamente dimensões e níveis econômicos, sociais e culturais específicos de mudança”. O que seria novo no ambiente da midiatização é a forma de organização e produção social, onde o capital já não estaria mais apenas a serviço das estruturas, mas dos fluxos e da informação. O não-material é incorporado à esfera da produção e a produção de sentidos passa a constituir um elemento importante dos processos econômicos e sociais. Portanto, a mídia passa a ser parte essencial da infraestrutura material das sociedades modernas, sustentando circuitos globais de trocas econômicas, possibilitando a formação de um mercado global de valores e de crédito, ao mesmo tempo em que é “um dos principais meios de circulação das idéias e imagens vigentes nestas sociedades” (HALL, 1997, p. 17).

Para Jansson (2013), os pesquisadores dedicados à midiatização devem se preocupar com as transformações, assim como a permanência, de certos arranjos socioespaciais, incluindo a profusão de variadas práticas mediadas associadas a esses arranjos, as quais ele chama de *texturas*. A midiatização, nesse sentido, serve para preencher uma lacuna epistemológica no que diz respeito à apreensão das “complexas formas de dependências geradas em tempos e espaços crescentemente marcados por *texturas transmídia*” (JANSSON, 2013, p. 281, tradução livre, grifo do autor). Em síntese, Jansson (2013, p. 281, tradução livre) define a midiatização como o modo pelo qual “outros processos sociais, em uma ampla variedade de domínios e em diferentes



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

níveis, tornam-se inseparáveis e dependentes de processos tecnológicos e fontes de mediação”.

Com isso, Jansson (2013) conclui que a midiatização pode ser fertilmente reconstruída como um conceito socioespacial. Para ele, definir a midiatização como regimes socioespaciais de dependência corresponde à natureza holística e não midiacêntrica do conceito. Como construto socioespacial, a midiatização permite que se chegue a uma compreensão do complexo papel que a mídia adquire em relação às transformações históricas e contemporâneas do espaço social. Nesse sentido, como a midiatização se refere a dependências e normalizações no espaço social, o conceito também se refere, de acordo com o autor, a noções mais profundas como as questões morais e éticas da vida social.

Por ser um dos recursos constituintes do espaço cotidiano, o modo como a mídia incide nas práticas dos diferentes atores pode acarretar consequências negativas ou benéficas à ambiência que ela agora constitui. Nesse sentido, a mídia “define o espaço moral através do qual o outro se faz presente para nós e ao mesmo tempo reivindica uma reação moral equivalente da nossa parte (...) enquanto potenciais ou verdadeiros cidadãos” (SILVERSTONE, 2013, p. 15, tradução nossa). Enquanto a moral “diz respeito ao julgamento e à elucubração do pensamento e da ação em relação ao outro” (SILVERSTONE, 2013, p. 14, tradução nossa), a um conjunto de princípios e à possibilidade de sua legitimação, a ética se trata da aplicação desses princípios em um dado contexto histórico, pessoal ou profissional. No contexto da midiatização, qualquer prática ética deve levar em conta o papel estrutural da mídia em relação à reprodução social como um todo.

Atreladas à expansão da esfera midiática para outros campos sociais, estão as estruturas capitalistas de poder responsáveis pelas desigualdades sociais e pela degradação ambiental, ambas resultantes, em grande medida, de um divórcio crescente entre os interesses do Estado e da sociedade. Esse divórcio é fruto de um desequilíbrio entre as esferas política, ética e econômica, em que o econômico se sobrepõe aos demais, sendo este último determinante em relação à política e renegando a ética,



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

quando, do contrário, o econômico deveria ser submetido ao político e esse último orientado pela ética (MARTÍN-BARBERO, 2014). Ao possibilitar um exercício, pelo Estado e pelo capital, de um controle em escala global de processos sociais, econômicos e políticos por toda uma ambiência midiática, a mídia também facilita os interesses do mercado em direção à apropriação dos espaços sociais (LEFEBVRE, 2013), entre eles o entorno natural do planeta.

Uma vez que o espaço é socialmente construído, ele intervém na infraestrutura e na superestrutura social, ligando o mental, o cultural, o social e o histórico (LEFEBRE, 2013). Logo, a relação entre o espaço construído e a sociedade está marcada por ideologias, lutas e conflitos. Tendo isso em vista, propomos, no próximo tópico, um olhar crítico sobre a normalização da noção de *desenvolvimento sustentável* pelo capital e os problemas que os valores hegemônicos associados a esse termo podem gerar à coletividade.

Desenvolvimento e sustentabilidade: noções antagônicas?

Segundo Krapvin e Varotsos (2007, p. 21), o termo desenvolvimento sustentável pode ser definido como “ações realizadas por humanos que dizem respeito a uma variedade de seres vivos e que se certificam da preservação da vida, da natureza e da cultura para as futuras gerações” ou, de acordo com Boff (2018, p. 39) “como um ideal a ser atingido ou então como um qualificativo de um processo de produção ou de um produto”.

No bojo do alcance global do ambientalismo contemporâneo, a ONU realizou, em 1972, a famosa Conferência de Estocolmo, durante a qual se constatou que as práticas desenvolvimentistas da sociedade de consumo seriam as responsáveis pela crise ambiental em escala global. Na ocasião do evento, definiram-se as primeiras diretrizes visando ao fomento do então chamado ecodesenvolvimento, o qual, quinze anos mais tarde, passaria a ser referido como desenvolvimento sustentável, como consta no



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

Relatório de Brundtland³, através da reconhecida descrição que o define como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações”.

A ONU, partindo da Declaração de Estocolmo, criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, tornando-se um dos principais atores responsáveis pela difusão de racionalidades favoráveis à preservação do meio ambiente. No entanto, a noção de desenvolvimento sustentável tem sido alvo de controvérsias tanto entre acadêmicos quanto no debate sociopolítico acerca da preservação do capital natural do planeta, isso porque, até hoje, não se chegou a um consenso sobre como aliar a conservação do capital natural, finito, com crescimento econômico irrestrito baseado na exploração desse mesmo capital.

Para uma parcela dos estudiosos do assunto, o termo desenvolvimento sustentável é, por si só, contraditório, sob alegação de que não existiria sustentabilidade no desenvolvimento capitalista, uma vez que o capital natural é finito e a lógica do capitalismo é o acúmulo irrefreável de capital financeiro. Enquanto a sustentabilidade “subentende uma situação estática, que pressupõe permanência”, o desenvolvimento “envolve dinâmica e, portanto, movimento” (BURSZTYN, 2012, p. 92). A primeira se assenta “em uma visão de equilíbrio e de conservação do meio ambiente”, o segundo visa a “melhorar as condições de vida humana”, o que implica “impacto sobre a natureza” (BURSZTYN, 2012, p. 92).

Se esta compreensão for correta, então fica claro que *sustentabilidade* e *desenvolvimento* configuram uma contradição nos próprios termos. Eles têm lógicas que se autonegam: uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo; uma enfatiza a competição, a outra a cooperação; uma a evolução do mais apto, a outra a coevolução de todos juntos e inter-relacionados (BOFF, 2018, p. 48).

Nessa visão, o desenvolvimento não seria nem prudente, nem equilibrado, de modo que fica cada vez mais evidente a contradição entre a lógica do desenvolvimento

³ Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf> Acesso em 05 out. 2020



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

capitalista, “que sempre procura maximalizar os lucros às expensas da natureza, criando grandes desigualdades sociais (injustiças)”, e a dinâmica do meio ambiente, “que se rege pelo equilíbrio, pela interdependência de todos com todos e pela reciclagem de todos os resíduos (a natureza não conhece lixo)” (BOFF, 2018, p. 37).

Apesar de suas contradições e limitações, a noção de desenvolvimento sustentável, desde a sua incorporação pela ONU, tem sido amplamente utilizada por empresas, atores políticos e outros setores da sociedade civil. Mas, ao contrário do que estabelece o senso comum, ela não está vinculada apenas a uma dimensão ambiental ou ecológica. Em 1990, o britânico John Elkington propõe três momentos necessários a todo desenvolvimento sustentável, o chamado *Triple Bottom Line*. Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. Essa é a definição endossada pela ONU e incorporada pelo mercado capitalista. No entanto, como ressalta Boff (2018), esse modelo é antropocêntrico, isto é, demasiadamente centrado no ser humano em detrimento dos demais organismos vivos; é contraditório, pois desenvolvimento capitalista e sustentabilidade, como ressaltamos anteriormente, são noções que obedecem a lógicas diferentes e se contrapõem; é equivocado, porque alega como causa aquilo que é efeito, isto é, que a pobreza é a causadora da degradação ecológica.

É por esta razão que a utilização política da expressão *desenvolvimento sustentável* representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los e assume o ideal da economia (crescimento/desenvolvimento), mascarando, porém, a pobreza que ele mesmo produz (BOFF, 2018, p. 49, grifo do autor).

No entanto, há autores que defendem ser possível compatibilizar desenvolvimento e sustentabilidade, através de uma combinação entre Economia e Ecologia (ABRAMOVAY, 2012; GARCIA, 2014; SACHS, 2009), isto é, da formulação de uma “economia sustentável” que alcance um equilíbrio entre produção, consumo e preservação ambiental. Como expressa Abramovay (2012), o capitalismo, da maneira como funciona hoje, não é sustentável. O autor critica a lógica de



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

autorregulação do mercado, enfatizando a necessidade de que a ele sejam incorporados valores ambientais e éticos. Para o sociólogo, a contraposição a atual lógica mercadológica de decisões individuais consiste na cooperação proporcionada por novas estruturas comunicacionais. Portanto, é necessário o estabelecimento de uma nova economia que seja sustentável, não orientada pelo seu próprio crescimento, mas pelo bem estar social e pela capacidade de regeneração dos ecossistemas, reconhecendo que há um limite para a exploração dos recursos naturais do planeta.

Em primeiro lugar, a ideia de crescimento incessante da produção e do consumo choca-se contra os limites que os ecossistemas impõem à expansão do aparato produtivo. O segundo problema é que a capacidade real de o funcionamento da economia criar coesão social e contribuir de forma positiva para erradicar a pobreza tem sido, até aqui, muito limitada. Mais que isso: o vínculo entre a expansão da produção de bens e serviços e a obtenção real de bem-estar para as pessoas, as comunidades e seus territórios, partindo de certo patamar de abundância, é cada vez menos óbvio (ABRAMOVAY, 2012, p. 16)

O próprio Boff (2018), apesar das críticas ao termo, também acredita na possibilidade de um desenvolvimento sustentável, destacando que há uma definição deste que merece ser considerada, embora exista, ainda, apenas na teoria: aquela que se encontra na Declaração da ONU sobre o *Direito dos Povos ao Desenvolvimento*, de 1993, pois nela se compreende o desenvolvimento em sua dimensão integral. No referido documento, o desenvolvimento aparece como

um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada indivíduo, na base da sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele (BOFF, 2018, p. 50).

De acordo com Abramovay (2012), a contraposição ao desenvolvimento predatório reside na capacidade inédita de cooperação da população que, dispondo dos meios digitais, pode exercer um “poder lateral” a fim de alcançar uma redução aceitável das desigualdades sociais e frear o colapso ambiental, consolidando uma mudança social necessária baseada na cooperação da sociedade civil.



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

Tendo em vista o exposto, inferimos que as ecovilas representam parte dessa mudança mediante à aplicação e circulação, através da mídia, de um conjunto de princípios éticos que buscam legitimar uma vida social holisticamente sustentável. Diversas ecovilas, por exemplo, se articulam através dos meios digitais para formar redes integradas de ações organizadas, como a *Rede Global de Ecovilas (Global Ecovillage Network)*, a *Rede de Ecovilas das Américas*, a *Rede Brasileira de Ecovilas* e o *Movimento Brasileiro de Ecovilas, Permacultura e Transição Planetária* (RONSINI, 2019). Consideramos que o movimento das ecovilas é uma demonstração de como uma nova ética sustentável pode ser posta em prática no novo ambiente midiático.

A sustentabilidade das ecovilas

As ecovilas tem, entre seus princípios norteadores, a incorporação de uma nova ética de sociabilidade fundamentada, primordialmente, no entendimento de que “todas as coisas e criaturas estão conectadas e que os pensamentos e ações têm impacto no (meio) ambiente” (SANTOS JR, 2006, p. 11). Assim, sua proposta se baseia em três dimensões basilares: a ecológica, a social e a cultural-espiritual.

Os *designers* das ecovilas se preocupam com aquilo que eles percebem como as entrelaçadas dimensões ecológica, socioeconômica e cultural-espiritual da problemática global através de uma visão sistêmica do mundo. Nessa ótica, nós não somos indivíduos atomizados, mas pessoas radicalmente inseridas em sistemas mais amplos. A abordagem sistêmica do movimento das ecovilas, com seu design naturalista, não é somente pragmática, mas também serve como fonte de sentido para o indivíduo. Assim, os *ecovileiros* se veem como pioneiros de um sistema socioeconômico alternativo ao legado insustentável da modernidade. Eles buscam reparar a moderna separação entre pessoas e o resto da natureza posicionando a existência humana em uma cosmologia holística enquanto, ao mesmo tempo, outorgam aos humanos a posição especial de *designers* de sistemas harmônicos (LITFIN, 2009, p. 132, tradução nossa, grifo nosso).

A dimensão ecológica diz respeito à prevalência de práticas que minimizem os impactos ambientais oriundos da relação do homem com a natureza, comprometidas com a capacidade de suporte e de resiliência dos ecossistemas, com o uso consciente de



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

recursos naturais, a partir de propostas sustentáveis de manufatura, de cultivo, da produção local e orgânica de alimentos; da limitação de uso dos recursos não-renováveis; da limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos naturais finitos; da recuperação ambiental e revegetação; do uso de materiais de baixo impacto ambiental nas construções; de práticas permaculturais; da redução do volume de resíduos e de poluição; da utilização de tecnologias limpas; de sistemas de reaproveitamento de dejetos materiais (MENDES, 2009; SANTOS JR, 2006; PRADO, 2018)

Por sua vez, a dimensão social incorpora tanto um nível comunitário quanto o econômico. No nível comunitário estariam “as relações e trocas entre os membros, processos de tomada de decisão e gestão de conflitos, práticas holísticas de saúde, formas significativas de trabalho, educação permanente, expressões culturais e respeito às diferenças, às crianças, aos idosos e grupos marginais” (SANTOS JR, 2006, p. 11). Já o econômico diz respeito à formação de práticas e sistemas econômicos que contribuam para a partilha de recursos, servindo às necessidades de habitantes locais e ecossistemas. De acordo com a Global Ecovillage Network (2020)⁴, a maioria das ecovilas trabalha ativamente para oferecer alternativas sustentáveis à lógica econômica hegemônica, reivindicando modos de conceber a riqueza e o progresso que incluam todos os aspectos da vida, a partir do estímulo ao uso de moedas locais e/ou alternativas, do empreendedorismo social, da geração de renda local, da simplicidade voluntária e da economia informal expandida.

Por fim, a dimensão cultural-espiritual das ecovilas refere-se às expressões criativas e artísticas praticadas, às celebrações e rituais, às manifestações de espiritualidade e das tradições culturais. Essas práticas tem o intuito de: conectar os indivíduos a um propósito de vida mais amplo; estimular a atenção plena e crescimento pessoal; respeitar as tradições culturais que apoiam a dignidade humana; engajar-se ativamente na proteção de comunidades e da natureza; celebrar a vida e a diversidade

⁴ Disponível em: <<https://ecovillage.org/>> Acesso em 10 out. 2020



através da arte; reconectar o indivíduo a natureza e adotar estilos de vida de baixo impacto ambiental (GEN, 2020)⁵.

Se o antropocentrismo moral pode ser entendido como a ideia de que os seres humanos são moralmente mais relevantes que a esfera não-humana, como se só os seres humanos tivessem valor intrínseco, os pressupostos de sustentabilidade das ecovilas advogam a favor de uma ética não-antropocêntrica, ampliando a comunidade moral a seres vivos e ecossistemas. A ética de sustentabilidade das ecovilas é, portanto, biocêntrica e ecocêntrica. O biocentrismo tem como máxima moral a vida dos seres, através de uma visão teológica da vida, “em que a cada ser vivo urge cumprir os desígnios da sua existência” (SOBRAL, 2019, p. 48), partindo do pressuposto de que o ser humano “sente-se parte de um todo maior e percebe que um Elo misterioso liga e re-liga todos os seres”, desperto a “um sentimento de pertença a este Todo, de parentesco com os demais seres da criação, de apreço por seu valor intrínseco pelo simples fato de existirem (...)” (BOFF, 2018, p. 99).

Em estreita relação com o biocentrismo, o ecocentrismo está pautado por uma consideração moral holística. Sua máxima moral reside na noção de comunidade ecológica, através da ideia de que os ecossistemas abrigam e geram a intersubjetividade da vida. Trata-se, portanto, de uma ideia segundo a qual a compreensão do todo faz mais sentido que a compreensão das partes. Ela está relacionada à contribuição do indivíduo para a saúde do seu ecossistema.

(...) uma forte espiritualidade ecocêntrica de interconectividade permeia as subculturas das ecovilas. Essa interconectividade afetiva enxerga os humanos como parentes biológicos e espirituais da criação não-humana e é frequentemente ritualizada em canções, dança, poesia e na arte (...). Tal espiritualidade de interconectividade enxerga não somente todos os humanos como irmãos e irmãs em relações igualitárias independentemente de raça, classe ou nacionalidade; ela também enxerga os não-humanos como seres dignos da nossa reverência e como membros equivalentes de uma terra-comunidade sagrada mais ampla (LEVASSEUR, 2013, p. 254, tradução nossa)

⁵ Disponível em: <<https://ecovillage.org/>> Acesso em 10 out. 2020



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

Ao invés de tornar-se perdido no todo, caminho quase inevitável na perspectiva atomista da modernidade, na visão holística cada indivíduo habita “o centro de uma série de círculos concêntricos, começando pelo lar e estendendo-se à comunidade, ao ecossistema, à nação e ao planeta” (LITFIN, 2009, p. 133, tradução nossa)

Um dos aspectos mais marcantes desse holismo é a deliquescência da dicotomia entre valores internos e ação externa, manifesta em uma aceitação profunda de responsabilidade pessoal pela criação de estruturas sociais e ecológicas viáveis. Em primeiro lugar, uma ontologia de interdependência radical desafia o individualismo possessivo da modernidade através da integração entre indivíduo e planeta no contexto comunitário. Reconhecendo sua própria cumplicidade na replicação de estruturas sociais que ameaçam dismantelar os sistemas de suporte à vida na Terra, os participantes das ecovilas assumem responsabilidade por suas próprias vidas e almejam forjar estruturas sociais alternativas (LITFIN, 2009, p. 133, tradução nossa)

Com sua abordagem sistêmica para as problemáticas da globalização, o movimento das ecovilas enfrenta a alienação social e a degradação ecológica através da construção de comunidades sustentáveis em âmbito local, “de baixo para cima”, enquanto simultaneamente, impulsionado pelas mídias digitais, constitui uma rede global de educação e mudança social, com a institucionalização, no ano de 1995, da *Global Ecovillage Network* (GEN), uma rede de “comunidades regenerativas e de iniciativas que interliga culturas, países e continentes”⁶, fundada com o objetivo de disseminar os valores das ecovilas e sistematizar a formação de suas redes organizacionais, alinhando ecovilas já existentes a um objetivo nuclear: a criação de uma rede de educação global. No intuito de alcançar esse objetivo, a GEN possui uma plataforma virtual com um banco de dados para cadastramento de ecovilas de qualquer lugar do mundo. Como ressalta Litfin (2009, p. 137, tradução nossa, grifo nosso), sem a Internet a rede não teria adquirido tal amplitude:

Coincidentemente, a GEN começou justo quando a Internet adquiriria dimensão ampla de uso. Considerando a natureza global do movimento e o comprometimento dos *ecovileiros* em minimizar o seu

⁶ Disponível em: <<https://ecovillage.org/about/about-gen/>> Acesso em: 5 out. 2020



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

uso de combustíveis fósseis, a Internet tem sido uma ferramenta de organização indispensável ao movimento. A Internet tem sido fundamental para disseminar informação, compartilhar os melhores treinamentos e organizar conferências regionais e globais. Além disso, a GEN desenvolveu virtualmente uma Comunidade de Avaliação da Sustentabilidade para mensurar o quão bem as ecovilas satisfazem os critérios para uma visão holística de sustentabilidade social e ecológica.

Além disso, a GEN dispõe de 14 centros habitacionais e residenciais espalhados em seis continentes. A rede já se consolidou como ator significativo na educação sustentável junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Em estreita relação com a ONU, a GEN é consultora no Conselho Econômico e Social da organização, além de muitas ecovilas já terem ganhado o prêmio da ONU-Habitat⁷. Ainda, os investimentos em educação da GEN foram endossados pelo Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR), e seu currículo foi “reconhecido pela UNESCO como contribuição oficial à Década de Educação e Desenvolvimento Sustentável da ONU (2005-2014)” (DIAS et al., 2017, p. 86).

Através de sua expansão em escala mundial, o movimento das ecovilas busca promover mudanças fundamentais de longo prazo por meio da criação de alternativas localmente viáveis. Portanto, embora tenha adquirido dimensão global através do ambiente midiático, a criação de comunidades obedece às particularidades geográficas, econômicas, sociais, culturais e políticas de cada localidade, priorizando as demandas locais. Por exemplo: em países desenvolvidos, as ecovilas têm como prioridade “revigorar a vida social e diminuir o consumo material”, iniciando “do zero” o estabelecimento polos comunitários relativamente sustentáveis em meio à abundante afluência material, “alienação e desperdício” (LITFIN, 2009, p. 136, tradução nossa); nos países em desenvolvimento, elas almejam “preservar a vida em comunidade”, que

⁷ O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) estabeleceu-se em 1978, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I). Com sede em Nairóbi, capital do Quênia, a organização é a Agência da ONU ponto focal para a urbanização sustentável e os assentamentos humanos. (Descrição oficial do site do programa: <<https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>> Acesso em 14 ago. 2020)



ainda se faz presente entre grande número de pessoas, e “elevar os padrões de vida material de um modo sustentável”, oferecendo uma alternativa à pobreza, à urbanização e à globalização corporativa” (LITFIN, 2009, p. 136, tradução nossa).

Considerações finais

O artigo teve por objetivo discutir a incidência da mídiatização nas condutas éticas ecologicamente sustentáveis da rede global de ecovilas, partindo do entendimento que, no âmbito da mídiatização, a mídia ultrapassa o seu caráter instrumental e torna-se constituinte das dimensões simbólica e material da vida humana, tendo em vista sua capacidade de penetração espaço-temporal e sua interferência nas demais modalidades de vida.

Se, com tal pervasividade, a mídia define o espaço moral onde as relações sociais são estabelecidas, ela reivindica um posicionamento moral dos cidadãos cujas práticas, agora, se estabelecem em uma nova ambiência entrelaçada ao entorno natural do planeta. Tendo em vista a importância das implicações éticas das práticas sociais relacionadas à centralidade da mídia na vida contemporânea, propusemos, aqui, uma discussão sobre as práticas sustentáveis da Rede Global de Ecovilas, no intuito de destacar as potencialidades da mídia em relação ao desenvolvimento sustentável.

Ao estabelecermos relações entre os constructos *desenvolvimento sustentável* e *mídiatização*, inferimos que o movimento das ecovilas traz demonstrações de como essa nova ética direcionada a um desenvolvimento holisticamente sustentável pode ser posta em prática no contexto da mídiatização, razão pela qual encerramos a discussão através de apontamentos sobre os princípios éticos que norteiam as suas condutas.

Reconhecemos a amplitude da discussão aqui proposta, a qual não conseguimos esgotar nesse texto. Tendo isso em vista, apontamos para a necessidade de reflexões futuras acerca das relações entre mídia, economia sustentável e desenvolvimento, bem como de práticas cidadãs cooperativas norteadas por uma ética que dê protagonismo à sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, a exemplo das ecovilas. Mesmo em relação ao caso das ecovilas, chamamos atenção para que seja mais aprofundado o papel



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

das mídias digitais dentro dessas práticas, tendo em vista o seu potencial para a formação de redes integradas de ações organizadas.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é, o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2018.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 328, 2012.

COULDRY, Nick. **Media, society, world: Social theory and digital media practice**. Polity, 2012.

DIAS, Maria Accioly et al. Os sentidos e a relevância das Ecovilas na construção de Alternativas Societárias Sustentáveis. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 81-98, jul/set. 2017.

FAUSTO NETO, Antônio. **Midiatização, prática social – prática de sentido**. Rede Prosul, paper –CNPQ/Unisinos, 2006

FLORES, Ana Cássia Pandolfo; BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha. Midiatização da sociedade: sócio-técnica e ambiência. **Culturas Midiáticas**, v. 2, n. 2, 2009.

GARCIA, Junior Ruiz. **Não é preciso crescer sempre para que a sociedade se desenvolva**. IHU Unisinos, São Leopoldo, 30/04/2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/530737-nao-e-preciso-crescer-sempre-para-que-a-sociedade-se-desenvolva-entrevista-especial-com-junior-ruiz-garcia>. Acesso em: 05 ago. 2020

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, v. 22, n. 2, 1997.

KRAPIVIN, Vladimir.; VAROTSOS, Costas. **Globalization and sustainable development**. Chichester. 2007



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Miatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

KROTZ, Friedrich. The meta-process of “mediatization” as a conceptual frame. *Global Media and Communication*, Thousand Oaks, v. 3, n. 3, p. 256-260, 2007.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. *Estudos Avançados*, 27(79), p. 123-132, 2013

LEVASSEUR, Todd. Globalizing the Ecovillage Ideal. *Environmental anthropology engaging ecotopia: Bioregionalism, permaculture, and ecovillages*, v. 17, p. 251, 2013.

LITFIN, Karen. The global ecovillage movement as a holistic knowledge community. In: *Environmental governance: power and knowledge in a local-global world*, p. 124-142, Routledge: 2009.

JANSSON, André. Mediatization and social space: Reconstructing mediatization for the transmedia age. *Communication Theory*, v. 23, n. 3, p. 279-296, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A comunicação na educação. São Paulo: *Contexto*, p. 7-42, 2014.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da sustentabilidade. *Revista das Faculdades Santa Cruz*, v. 7, n. 2, p. 49-59, 2009.

PRADO, Gustavo. *Ecovilas: história, práticas e a busca por uma ‘nova’ economia*. 2018. 110 p. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018

RONSINI, Veneza Mayora. Classes, comunidades intencionais e usos da mídia: esboço teórico para sua articulação. In: Encontro Anual da Compós, XXVIII, 2019, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Compós, 2019.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

SANTOS JR, Severiano. Ecovilas e Comunidades Intencionais: ética e sustentabilidade no viver contemporâneo. In: Encontro da ANPPAS, III, 2006. Brasília. *Anais...* Brasília: ANPPAS, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2001.

SILVERSTONE, Roger. *Media and morality: on the rise of the mediapolis*. John Wiley & Sons, 2013.



Anais de Artigos
IV Seminário Internacional de Pesquisas
em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

SOBRAL, Diogo Gonçalves Casanova. **Ecovilas e ética ambiental. Utopia saloia: o caso da Ecoaldeia de Janas.** 2019. 110 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho.** Por uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Denis (org.). **Sociedade Mdiatizada.** Rio de Janeiro: Mauad X, p.19-31, 2006.